



<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/index>  
ISSN: 2359-1870

## TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO<sup>1</sup>

**Julia Gabriela Valverde Laureano<sup>2</sup>**  
**Lindberg Nascimento Junior<sup>3</sup>**


### Resumo

Este artigo busca contribuir para o conhecimento geográfico do continente africano na história recente. Para isso, utilizou-se a categoria território com um conjunto de mapas temáticos organizados em uma sequência temporal. O argumento principal é que o continente africano é muito mais que espaço dado, e sim produto-produtor cujas consequências presentes, estão articuladas a ações integradas no passado. Essa ideia serve para destacar periodizações que indicam momentos de resistências ao processo de colonização, lutas por independência, ocorrências de guerras civis, e indicar possibilidades das mudanças projetadas no futuro. A perspectiva politiza a abordagem histórica da África no escopo da geografia, e valoriza a cultura afro-brasileira e africana, uma vez, que coloca no centro do debate, o futuro como possibilidade de transformação e de mudança positiva.

**Palavras-chave:** África. Produção do Espaço. Território. Territorialização. Cartografia Histórica.

**Julia Gabriela Valverde Laureano**

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, Florianópolis, SC, Brasil  
<valverde.ju@outlook.com>

 <https://orcid.org/0000-0002-1279-5336>

**Lindberg Nascimento Junior**

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, Florianópolis, SC, Brasil  
<lindberg.junior@ufsc.br>

 <https://orcid.org/0000-0003-0276-2933>

Recebido em: 10/10/2019  
Aprovado em: 30/05/2020

<sup>1</sup> Artigo aprovado pela Comissão Científica e apresentado na seção *Espaços de Diálogos & Práticas*, do “Seminário de Licenciatura em Geografia: abordagens múltiplas – SELIGeo”, realizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis, SC, de 5 a 7 de nov. de 2019.

<sup>2</sup> Graduanda em geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (NEPEGeo). Bolsista de extensão do projeto “Cartografia Histórica da África: recursos didáticos, disseminação e formação docente para educação afro-brasileira e africana”.

<sup>3</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de Climatologia Aplicada (LabClima), do Observatório de Áreas Protegidas (OBSERVA), do Grupo de Pesquisa Alteritas - Diferença, Arte e Educação, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (NEPEGeo) e da Rede de Geógrafos/as Negros/as. Coordenador do projeto de extensão “Cartografia Histórica da África: Recursos didáticos, disseminação e formação docente para educação afro-brasileira e africana”.

## TERRITORIO Y TERRITORIALIZACIÓN EN EL CONTINENTE AFRICANO

### Resumen

Ese artículo busca contribuir al conocimiento geográfico del continente africano en la historia reciente. Usamos la categoría territorio con un conjunto de mapas temáticos organizados en secuencia temporal. Nuestro argumento es que el continente africano es mucho más que un espacio dado. De hecho, el continente africano es un productor de productos cuyas consecuencias actuales están vinculadas a acciones integradas en el pasado. Esta idea sirve para resaltar las periodizaciones como los momentos del proceso de resistencia a la colonización, las luchas por la independencia, las guerras civiles y las posibilidades de cambios proyectados en el futuro. La perspectiva politiza el enfoque histórico de África dentro del alcance de la geografía y valora la cultura afrobrasileña y africana, ya que pone el futuro en el centro del debate como una posibilidad de transformación y cambio positivo.

**Palabras clave:** África: Producción de Espacio. Territorio. Territorialización. Cartografía Histórica.

## TERRITORY AND TERRITORIALIZATION IN THE AFRICAN CONTINENT

### Abstract

The concept of region is utilized as production moment of African geographical space. We explain the space-time for understanding the history of Africa, and we combine cartographic representations with geographical events in a historical cartography. The region as a moment production of African space serves to understand a part of the uneven and combined development in global and regional scales. This aspect based on the functionalities in the colonial system, which placed Africa as a major factor of socio-spatial formation of new national states and the economic growth of colonial metropolises. In this sense, the periodization is important for the deconstruction of stereotypes, hegemonic and unique historical views, and helps teachers and students in teaching on Africa, in a way that values Afro-Brazilian culture and history and African.

**Keywords:** Africa: Production of Space. Territory. Territorialization. Historical Cartography.

---

## Introdução

*Na África há quem argumente que ter recursos valiosos não é necessariamente uma maldição. Que as riquezas naturais são uma benção e que a maldição está apenas na forma como os recursos são usurpados, apropriados, extraídos e utilizados. Por outras palavras, a maldição está firmemente assente na estrutura social do mundo. (BASSEY, 2015, p. 29)*

A tradicional história propagada em sala de aula sobre África é exclusivamente eurocêntrica. Ela pode conter fundamentos verdadeiros, entretanto, não deixa de ser uma versão tradicional, seletiva e singular acerca da história do mundo e do continente africano em particular.

A consequência imediata da admissão dessa versão tem sido tema de debate, uma vez que se evidencia por impactos negativos no que tange o sentido de humanidade, memória e futuro em particular da população africana e afrodescendentes diaspóricos. Essa faceta auxilia inclusive na manutenção do racismo estrutural enquanto dimensão da formação socioespacial brasileira e africana, cujo o sentido pode ser entendido a partir de que a

[...] desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Além desta questão, há também o sentido de que a história do continente africano é permeada de muitos mitos e problemas que tendem inferiorizar e subalternizar as práticas culturais, além de generalizar os tipos e estilos dos povos e das nações em suas diversidades. Dessa forma, torna-se de extrema importância uma abordagem histórica sobre o continente, que seja efetiva no combate ao racismo e a discriminação racial, e também crítica, que sirva valorizar a riqueza cultural, étnica e humana e transformar as práticas sociais, os comportamentos e os posicionamentos.

Essa estratégia pode ser realizada de diversas formas. Neste artigo, oferecemos uma abordagem geográfica baseada na cartografia-histórica (MORAIS *et al.*, 2019) deve auxiliar professores/as, estudantes e profissionais da educação interessados/as na temática para a compreensão da produção do espaço africano.

A figura 1 apresenta uma representação gráfica desta proposta, que está organizada em uma linha temporal em espiral crescente. Cada quadro indica a ocorrência de um evento significativo que se combina com eventos no futuro e no passado, e no conjunto de eventos formam o que chamamos de períodos geográficos (momentos distintos da produção do espaço geográfico africano) organizados em função da coerência entre os conceitos e categorias da ciência geográfica (paisagem, lugar, região e território).

Figura 1 - Linha do tempo do continente africano. Tendo como última fase o conceito território



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Visto em movimentos combinados, acumulativos, crescentes e inacabados os períodos formam no final o movimento totalizante da espiral, e mostram como o espaço africano foi, tem e tende a ser produzido. Devido aos nossos limites, vamos no ater fundamentalmente no uso do conceito de território como categoria analítica que possibilita compreender período atual (eventos finais da espiral) do continente africano e indicar as possibilidades futuras.

O objetivo é apresentar como a geografia pode contribuir para o conhecimento histórico do continente africano em sua fase atual. Para isso, discute-se inicialmente o conceito de território, colocando exemplificações do seu significado e como ele tem sido abordado correntemente na geografia. Em seguida, são destacados os momentos julgados como importantes que podem auxiliar a entender o território como um momento produção do espaço africano. Finaliza-se o texto mostrando como esse período da história da África é de extrema importância para rever as possibilidades atuais e futuras de desenvolvimento e valorização do continente.

## 1 Território e produção do espaço

A história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, p. 81). Quando o espaço é delimitado e disputado, imediatamente, torna-se um território (SOUZA, 1995). Desses argumentos, construímos uma

concepção que sugere que a categoria território seja tratada como conceito explicativo do momento mais recente e atual da produção do espaço africano.

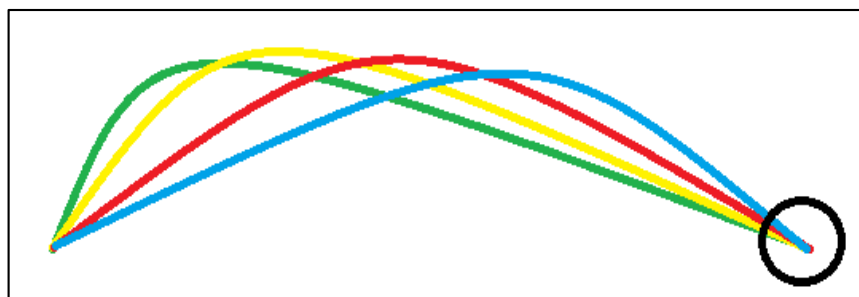
Nesse período, os eventos destacam os movimentos de resistência e de luta com o intuito de reaver o continente aos africanos. A consequência pode estar representada pela intensificação, dispersão e difusão de movimentos de descolonização e independência observados em diversos países dos continentes, além dos conflitos étnicos, culturais e políticos externos e internos ao continente. Em suma, é enquanto território que o continente africano integra eventos e períodos, combinando-os e cruzando-os para estabelecer a produção do espaço atual.

Uma representação simples desta concepção é apresentada na figura 2, em que as linhas coloridas indicam processos históricos com origens similares, mas se diferem e divergem em termos de trajetórias e repercussões, ao mesmo tempo que se relacionam e convergem em um ponto na histórica recente. Esse ponto de convergência é tão complexo em sua variedade de combinação e acúmulos de tempos-espaços do passado, quanto aberto para as possibilidades de pensar e projetar o futuro, mediante a avaliação e superação de problemas antigos.

Esse caráter pressupõe entender que, primeiro o espaço é um conjunto de inter-relações e está em constantes mudanças por múltiplas trajetórias (MASSEY, 2008) e ele deve ser analisado atualmente como produto de processos desenvolvidos no passado (SANTOS, 2002). Por exemplo, no caso africano a mineração no continente é uma atividade econômica importante, e isso só foi possível pela formação geológica que se deu a milhões de anos atrás, e que constitui os principais domínios naturais da paisagem.

O ponto de chegada destacado dentro do círculo preto pode ser considerado o momento atual da produção do espaço, definindo-se pelo o território: espaço mediado e delimitado por relações de poder, que envolve tanto as conflitualidades, quanto a reafirmação da identidade e da autonomia (SOUZA, 1995).

Figura 2 - Representação esquemática da produção do espaço africano



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

As linhas coloridas indicam processos históricos com origens similares, mas que se diferem e divergem em termos de trajetórias e repercussões, ao mesmo tempo que se relacionam e convergem em um ponto na histórica recente. Nesse viés, entendemos que o território não pode ser considerado somente a partir dos seus limites e área de gestão de um

estado nacional ou dos limites continentais. O interesse é justamente o contrário. O princípio é que ele esteja relacionado aos debates mais abrangentes e gerais do que se tem entendido por território, ou seja, um espaço de disputa, formado por agentes que se concentram em pontos e se conectam em redes de relações com interesses diversos entre todos os entes envolvidos (SOUZA, 1995).

Não há necessidade de que o domínio e controle desse território seja organizado a partir de uma organização sequencial dividida em áreas e zonas. Mas também que estes recortes espaciais estejam sob domínio de mesmo grupo ou agentes sociais que podem efetivar suas territorialidades em pontos distantes e remotos. Essa característica, define territórios descontínuo ou território-rede enquanto arranjos estruturados por conexões sobrepostas espacialmente e interligam indivíduos, agentes e áreas dispersas e espalhadas por todo o espaço (SOUZA, 1995).

A perspectiva então assume que o território contém muitas e diversas escalas. Ele não é limitado apenas em termos de sua extensão (área ou abrangência), mas também como processos micro escalares que não apresentam aparência físico/material, mas envolve uma significativa determinação no fluxo de pessoas, de conhecimento, de informação, de capital, de discursos e de ideias.

Seja num âmbito das escalas menores ou das maiores, as alianças e acordos hegemônicos não existem sem a manifestação do poder de único agente, mas também de um conjunto de agentes, e especialmente de grupos com convicções similares, pelo menos em vista de uma mesma finalidade. Isso acontece por que o território não precisa estar estabelecido durante décadas ou séculos do ponto de vista oficial, ele também pode variar de lugar e pessoas ao longo do tempo, por exemplo, como em uma rua que no período da manhã funciona a feira da cidade, e a noite vira o domínio do tráfico (SOUZA, 1995).

As relações de poder se sucedem através da força e muitas vezes na forma de violência imposta por um grupo ou agentes sociais específicos, cujo o intuito é sustentar a soberania por meio da dominação e controle. Esse caráter é particularmente essencial para o território se estabelecer, uma vez que para Arendt (1985 *apud* SOUZA, 1995, p. 78) “[...] toda diminuição de poder é um convite a violência - quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência”.

Neste sentido, para que um processo seja territorializado, ou seja, para que território se efetive e seja produzido, é necessário que as relações de poder estejam especializadas, ou melhor, é importante que se destaque como as espacialidades das relações de poder se organizam e se definem. O princípio de que todo espaço “[...] definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN” (SOUZA, 1995, p. 111), garante essa propriedade enquanto fundamento de análise

A partir desta contextualização, podemos assumir e pensar que os elementos que constituem os processos de territorialização em África, passam necessariamente pela

identificação de agentes sociais e marcos históricos que impetraram na história recente do continente territorialidades distintas. E quais são esses elementos? A resposta para essa pergunta pode ser inicialmente construída na seção a seguir.

## **2 O território na produção do espaço africano**

O território na produção do espaço africano indica o momento ápice dos eventos que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial. Especialmente pelo processo de enfraquecimento econômico e político de grande parte dos países europeus, fundamentalmente aqueles que detinham colônias no continente, que resultou na perda do controle territorial sob sua administração.

O enfraquecimento motivou movimentos de independência que se tornaram mais fortes e se expandiram por toda África. Segundo Silvério (2013, p. 346), praticamente “[...] todos os tipos de sociedade africana resistiram, e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia”. O resultado foi a inauguração de um período de extrema importância, pois além de ser um ponto de partida para a libertação dos países contra o jugo colonial, é também uma prova de que os africanos não aceitavam a exploração e o terrorismo europeus.

Sob estes aspectos, a dimensão da exploração e violência territoriais em África se iniciou com processo de colonização e em seguida pela Partilha, que se manifestaram em diversos impactos no trabalho, nas ruas, na forma de pagamento e salários, e nos direitos básicos de modo geral. De forma consciente e em busca de melhores condições de trabalho e de vida, era comum observar nestes períodos movimentos resistência por parte dos povos africanos colonizados, exemplificado a partir de eventos como revoltas, motins e conflitos (HERNANDEZ, 2005).

Assim, pode-se inferir que movimentos de luta e de liberdade sempre existiram no continente africano, e são anteriores à Segunda Grande Guerra, mesmo sendo este, o momento de maior proliferação e destaque dos processos de libertação e descolonização. Isso significa afirmar que os povos africanos nunca se conformaram com a intervenção vinda dos povos europeus, nem antes e nem durante a Partilha e a colonização. Pelo contrário do que muitos pensam, os povos africanos colonizados lutavam fortemente para reverter o cenário sangrento, violento e desumano em que se encontravam.

A figura 3 representa esquematicamente essa situação. Uma parte do processo, que se estende pela linha azul vem antes da vermelha, e indica que a luta por liberdade antecede a 2ª Guerra Mundial (linha vermelha), e a sua seta indica que essas lutas continuam, devido ao fato do continente ainda ser um local de grande exploração por parte dos ocidentais. Já a reta vermelha indica que os processo de libertação durante e após a 2ª Guerra Mundial foi somente um momento de todos os processos de resistência e luta pela liberdade iniciada logo nos primeiros momentos da colonização.

Figura 3 - Trajetórias das lutas por liberdade no continente africano



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Destaca-se que os processos de independência dos países africanos colonizados ganharam expressão nos anos de 1950, mas é na década seguinte que o processo se acelera, muitas vezes sendo resultado de guerras e conflitos internos entre colonizadores e colonizados.

De fato, no início dessas lutas não houve vitória, por isso, muitos africanos colonizados morreram tentando a libertação do jugo colonizatório. A esse exemplo, pode-se citar o Egito (1881-1882), que em uma das guerras de resistência contra o Reino Unido, vieram a falecer cerca de 2 mil egípcios; na Líbia (1911-1932), quando houve invasão da italiana, os confrontos de resistências observados em grande parte das cidades do país, a vitória aconteceu, mas, com muito derramamento de sangue de quase 1500 pessoas. Quando a França invadiu a Tunísia (1881), a população tunisiana resistiu fortemente, e após o bombardeio francês, a cidade de Sfax foi simplesmente dizimada (SILVÉRIO, 2013).

Neste contexto, o território ganhou também outra escala, uma vez que, as lutas de resistências englobaram os africanos negros que não se encontravam em território africano. Alguns países da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, tornaram-se os lugares onde foram efetuadas muitos debates e manifestações em pró da liberdade do jugo colonial e independência dos países africanos colonizados.

É nesse contexto, que foram iniciados diversos encontros e congressos de temas voltados ao racismo, às injustiças raciais e as ideologias que subalternizavam sobretudo pessoas negras oriundas de África (HERNANDEZ, 2005). Movimentos como “A África para os africanos” e “Pan-Africanista” ganharam notório destaque mundial, e apontavam em linhas gerais a necessidade de união e retorno de afrodescendentes da diáspora para a África, e consolidar um estado soberano em um continente unificado.

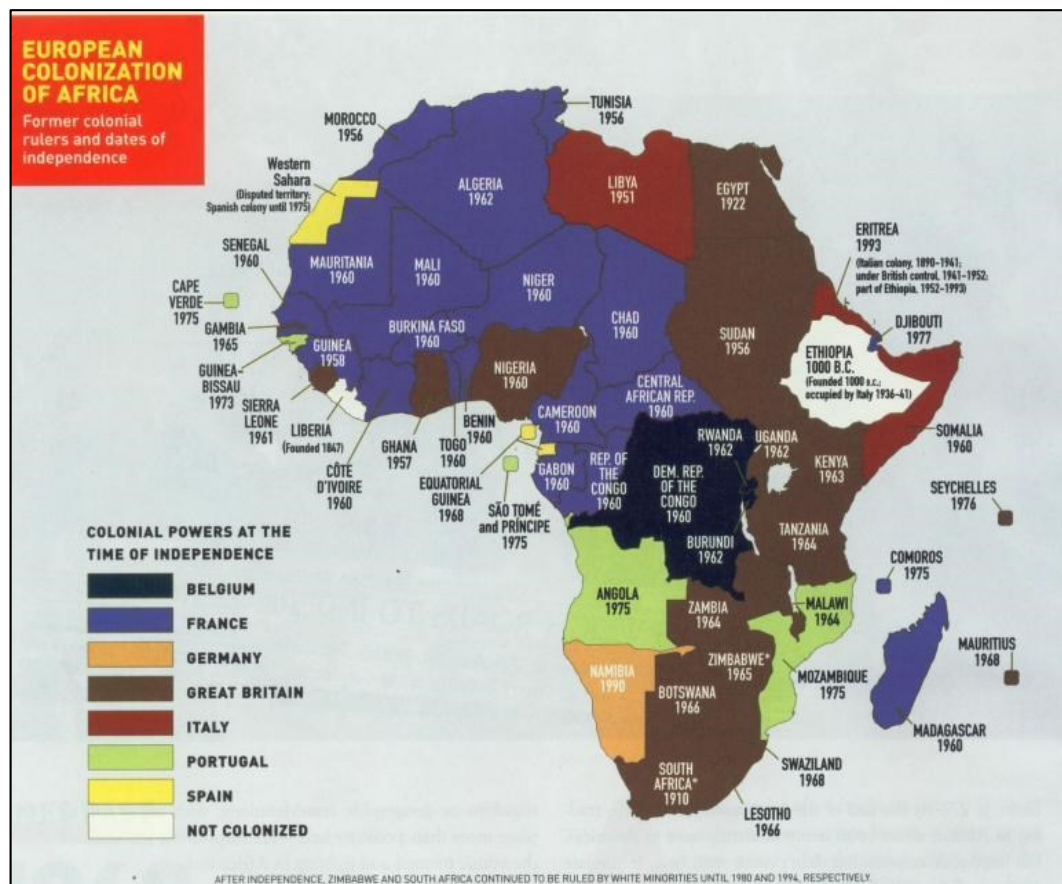
Esses eventos foram fundados por estudiosos, intelectuais, filósofos e integrantes da elite africana, que estudaram nas escolas e universidades europeias e estadunidenses. Neste contexto, os movimentos auxiliaram na disseminação de informação acerca das atrocidades que envolviam os países africanos colonizados, ao passo, que também era os agentes principais de financiamento, proteção e auxílio a outros compatriotas fora da África (HERNANDEZ, 2005).



Por esse caráter, esses movimentos podem ser considerados os mais fortes e atuantes no âmbito político, social e cultural, pois priorizavam a valorização da negritude, da cultura africana e a ressignificação do conceito de raça (HERNANDEZ, 2005).

Do conjunto de vitórias que marcam essa primeira fase do processo de libertação pode-se destacar a independência tardia dos países. A figura 4 é possível observar que as datas de independência dos países africanos representam esse momento do continente, iniciada primeiramente pelo Egito (1922), seguindo por África do Sul (1931), e mais recentemente a Namíbia (1990) e Eritreia (1991).

Figura 4 - Independência dos países do continente africano



Fonte: Strohm (2014).

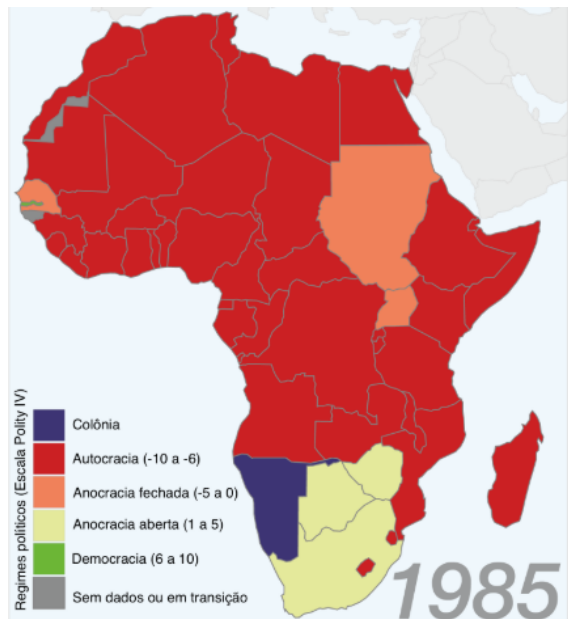
Observa-se assim que grande parte dos países independentes forma os conjuntos dos estados-nação mais recentes, isso por que, até em 1985 havia forte predomínio de governos ditatoriais na África, no qual, o sistema autocrático predominava em quase todo continente. Do total de 54 países independentes, apenas 10 não utilizavam esse regime de governo.

Em linhas gerais, autocracia é o regime governo caracterizada por haver exclusivamente uma representação única, sendo assim, o poder pertence somente a um grupo ou pessoa, tradicionalmente chamado de ditatorial. Essa forma de organização do

poder político, junto com a formação dos estado-nacionais, pode ser caracterizada com uma segunda fase do processo territorialização do continente africano, que sucede os movimentos de independência.

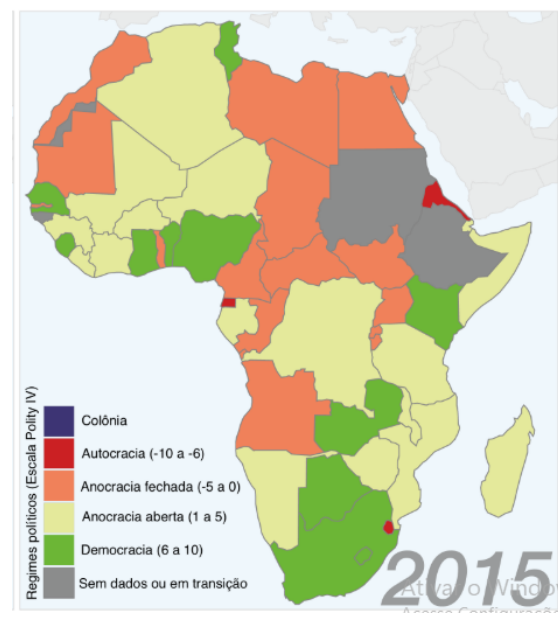
Essa estrutura deve continuar quase homogênea até 2015, quando as quedas dos principais regimes autocráticos dão lugar a um tipo democracia denominada anocracia. Neste regime, o governo é caracterizado pela maior facilidade de ocorrência de conflitos a mão armada e mudanças de liderança. Trata-se, portanto de regimes políticos muitos instáveis e conflituosos, que em linhas gerais, combina, no regime político, algumas características democráticas (proteção das liberdades e representação) com práticas autocráticas (totalitarismo e ditatorial). Na sequência das figuras 5 e 6 representam uma parte deste momento, e destaca que até 2015, apenas 11 países apresentam regimes democráticos.

Figura 5 - Governos ditatoriais em África



Fonte: Roser (2019).

Figura 6 - Governos ditatoriais em África



Fonte: Roser (2019).

Há outra questão que é necessária ser colocada em discussão, ela trata da forma como os europeus deixaram os países africanos após a colonização. Esse argumento contempla a ideia de que as divisões político-territoriais desenvolvidas e definidas a partir da concepção europeia (que não levou em consideração as questões de ordem étnicas e culturais) foi continuada, e por isso desencadeia até atualmente uma série de conflitos étnicos e políticos em distintas dimensões e gravidade.

A questão é que mesmo antes dos europeus chegarem ao continente, as sociedades africanas tinham suas próprias fronteiras e seus conflitos territoriais. Dado que cada grupo étnico e nação tende a defender seu espaço para manter suas culturas e usufruir dos recursos

presentes, a ocorrência de confrontos violentos e disputa de poder entre os envolvidos ocorrem automaticamente na perspectiva de que o traçado do mapa na Partilha igualizou povos distintos sob uma mesma estrutura de poder.

Trata-se de organização de estados-nações eminentes multinacionais, e o geral, os diferentes povos foram obrigados a dividir o mesmo território em todos os sentidos, o que conseqüentemente não acontece sem conflitos. A naturalização deste processo evidencia justamente a permanência das antigas territorializações, que atualmente se apresenta com outros sentidos e expressões simbólicas, materiais e imateriais que combina tradição à diversidade étnica e cultural, com questões contemporâneas, vinculadas à formação de estados nacionais, artificialmente implantados como próteses ao continente.

As figuras 7 e 8 mostraram essa configuração evidencia a organização de um território baseado na violência, no conflito e na dominação por poder nacional antes do processo de colonização (com a divisão territorial baseada na diversidade étnica) e recente (concebida pela divisão político-territorial dos estados nacionais).

Neste sentido, os conflitos étnicos contemporâneos que ocorrem em África merecem uma atenção especial, pois, eles ocorrem justamente por não contemplar resoluções de problemas antigos e o uso da força legal (Estado) e armada (bélico-militar). O resultado destes dois aspectos, é a união de grupos étnicos outrora rivais, sem considerar o controle, a negociação e a valorização das diferenças, das ideologias, das culturas, das religiões, dos costumes e dos projetos de futuro para a nação.

A figura 9 mostra a distribuição espacial dos principais lugares de ocorrência de conflitos, e seus tipos: guerras civis, movimentos separatistas etc., além de outras crises associadas: fome, violência, regiões de tensão, fundamentalismo religioso etc., que tendem aumentar as tensões e os conflitos no continente.

É importante destacar que parte desses conflitos foram motivados por uma variedade de fatores. Um exemplo significativo é a posse da terra e da vasta diversidade de riqueza natural. Os grupos étnicos e sociais que detêm a administração dessas riquezas sobressaem financeiramente sobre os outros, e o senso de justiça por diferenças étnicas e religiosas podem repercutir em representações políticas. Dentro de um regime no qual a política é o que determina a forma de governo, resta a reafirmação de privilégios dos grupos étnicos e sociais representados e legitimação de sistemas autocráticos.

Figura 7 - Divisão dos povos do continente africano antes da intervenção dos europeus



Fonte: Scaramal (2012).

Figura 8 - Divisão político-territorial atual do continente africano



Fonte: Bacelar (2019).

Figura 9 - Conflitos que ocorrem dentro de África



Fonte: Candido (2011).

Atualmente, pode-se afirmar que o continente africano é marcado por processos territorialização no contexto da globalização. Neste momento, a relação entre o mundo e o território africano é possível pela permanência de um vínculo histórico entre explorador/colonizador e explorado/colonizado, no qual o continente pode ser considerado ainda como espaço fornecedor de matérias primas.

Essa situação indica que a globalização se dá primeiro como neoimperialismo, pois, a exploração no continente ocorre de forma efetiva para que outros países de outros continentes estejam sempre abastecidos. A necessidade de exploração das riquezas naturais e humanas é só uma parte de um processo de acumulação via espoliação (HARVEY, 2004).

Para Bassey (2015, p. 58) esse processo mostra a permanência da exploração de riquezas minerais abundantes no “[...] e daí o seu poder de atração sobre os trapaceiros” (BASSEY, 2015, p. 58). Devido a formação geológica do continente, são encontrados as maiores fontes e reservas minerais do planeta, com possibilidade de extração de 75% dos metais platinados, 50% de ouro e 45% dos diamantes (BASSEY, 2015).

A título de exemplificação, em Moçambique e em Gana há a presença da mineradora multinacional Vale, e junto com sua territorialização diversos crimes ambientais e injustiças sociais. Observa-se grandes processos de desterritorialização em massa de moçambicanos/as que são forçados/as a mudar de lugares com terras e campos férteis apropriadas para o cultivo, e serem reterritorializados em lugares de baixa produtividade ou nas áreas urbanizadas em função da instalação da mineradora (BASSEY, 2015).

Além disso, as populações desterritorializados residem, em sua maioria, em moradias com estruturas inadequadas e distantes de serviços públicos. Essa condição impacta nas possibilidades financeira de reprodução da vida, acesso à transportes convencionais e alternativo e promoção da saúde, uma vez que a degradação ambiental promovida pela atividade mineira tende a intoxicar rios e impactar o abastecimento de água (BASSEY, 2015).

A degradação ambiental também é observada com impactos nas atividades agropecuárias. Neste caso, a atividade agrícola sempre muito forte na cultura africana, foi transformada economicamente a partir da produção de alimentos a serem consumidos pela população de outros continentes. A resultante territorial é o alto impacto promovido pelo desmatamento das áreas florestais e a monocultura (BASSEY, 2015).

Em síntese, para além dos conflitos étnicos, a quarta fase do processo de territorialização do continente africano se revela a partir de tensões intensificadas pelo domínio da riqueza natural. A título de exemplificação, no Congo, guerras civis que causaram a morte de mais de 5,2 milhões de congolezes, ocorreram somente não por causa das diferenças étnicas, mas fundamentalmente devido ao domínio dos recursos naturais abundantes na região (BASSEY, 2015).

De outra forma, em Moçambique, as autoridades e os agentes políticos permitem que a exploração extrativista ocorra desde que o Estado tenha acesso a uma parte do lucro da extração. Os acordos são facilmente liberados em função dos privilégios da representação política e o baixo conhecimento da população.

Por fim, é necessário contemplar que o continente africano passou por muitos processos de territorialização que tiveram como protagonistas os povos africanos. Por outro lado, o colonizador europeu foi o responsável em parte pela configuração atual do continente africano, um dos maiores motivos pelas ocorrências constantes das guerras civis dentro de África. Essa condição acompanha outros fatores predominantes de ordem natural, como por exemplo, a distribuição dos recursos naturais e suas formas de apropriação capitalista local e global.

A estratégia lógica econômica são os instrumentos que colocam o continente como centro geopolítico do desenvolvimento desigual e combinado que incorpora a riqueza natural em escala mundial. É neste contexto, que é necessário mostrar as reais motivações (históricas e contemporâneas) que mantém o continente africano enquanto território acoplado ao modo de produção capitalista e na divisão internacional do trabalho.

### **Conclusão**

Com esse trabalho é possível afirmar que o continente africano a partir do conceito território que envolveu desde os movimentos de independência, a instauração de regimes políticos autoritários, a existência de conflitos étnicos, a formação de estados nacionais e territorialização do modo de produção capitalista no momento atual – globalização e neoimperialismo. A estratégia da cartografia-histórica como abordagem explicativa torna fácil à compreensão sequencial desses eventos, com combinação de eventos do passado distante e recente.

Outro ponto a ser destacado é a necessidade de considerar o debate sobre a diversidade de mitos e processos estereotipados e discriminatórios do discurso convencional e tradicional sobre o continente. Com esse debate é possível indicar a necessidade de romper muitas concepções que a denominam de forma generalizada e às vezes incorreta certos discursos sobre a fome, seca, tragédias e conflitos. De forma similar, é urgente aprofundar os estudos para que haja conhecimento coerente sobre o espaço africano.

É preciso reconhecer, que só um espaço com muita diversidade étnica e riqueza natural a ser explorada gera diferentes interesses e níveis globais de apropriação e utilização dentro do capitalismo. Algo bem destacado por Bassey (2015) na epígrafe deste texto.

De todo modo, o tema não é difícil de ser abordado. Trata-se de uma questão de escolha por parte dos professores e estudantes, para ir além das leituras mais tradicionalistas e eurocentradas sobre o continente. Só assim, é possível reafirmar que o estereótipo de África como um lugar de pobreza, seca e fome devem ser sumariamente debatidas.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BACELAR, J. Mapa Político da África. **Guia geográfico**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.guiageo.com/africa-politico.htm>. Acesso em: 30 maio 2019.

BASSEY, Nnimmo. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

CANDIDO, Washington. África: um conjunto de Estados e de Nações. **Retina geográfica**, [S. l.], 2011. Disponível em: <http://www.washingtoncandido.com.br/blog/?p=193>. Acesso em: 2 de jun. 2019.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda P. Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MORAIS, Jonny A. *et al.* A Produção do espaço como proposta de ensino da história de África. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS E ENSINO DE GEOGRAFIA*, 2019, Campinas (SP). **Anais [...]**. Campinas (SP): Unicamp, 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2888>. Acesso em: 3 jun. 2019.

ROSER, Max. **Democracy**. Our world in data, 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/democracy>. Acesso em: 22 jun. 2019

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo, **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletimpaulista/article/view/1092/949>. Acesso em: 20 maio 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SCARAMAL, Eliesse. O ensino de história da África em debate. *In: FERNANDES, Allysson et al. Educação para as relações etnicorraciais*. Goiânia: Funape, 2012. p. 11-84.

SILVÉRIO, Valter Roberto (ed.). **Síntese da coleção geral história geral da África**: Século XVI ao século XX. Brasília: Unesco; MEC; Ufscar, 2013. 779 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

STROHM, Rachel. **African colonization & independence**. 2014. Disponível em: <https://rachelstrohm.com/2014/02/01/african-colonization-independence/>. Acesso em: 3 jun. 2019.